

O RIO GRANDE DO SUL NO CENÁRIO BRASILEIRO DURANTE O SEGUNDO REINADO

Artur Cesar Isaia

Com a evolução do processo convencionalmente denominado de Revolução Industrial, uma sensível modificação acompanha o desenvolvimento dos países periféricos do sistema capitalista.

A maquinofatura atuará como elemento catalisador da superação do estatuto colonial típico do mercantilismo. Assim, temos a formação dos Estados Nacionais na América Latina, que se constituem na primeira metade do século XIX como fato mais sensível do novo arranjo engendrado pelas necessidades do capitalismo.

As relações centro-periferia, antes fundadas no exclusivo metropolitano imposto por Portugal e Espanha, redimensionam-se na direção imposta pelo capitalismo liberal.

A evolução do sistema capitalista, ao introduzir as inovações tecnológicas viabilizadoras de uma elevação nos índices de produção, trará como consequência a necessidade da dilatação dos mercados consumidores. Em consequência, a função da América Latina, no contexto capitalista, equacionar-se-á de maneira nova. De agora em diante, uma divisão de "tarefas" será imposta pelo centro do sistema, na qual resguardar-se-á para a América Latina o papel de fornecedora de matérias-primas e alimentos para os países centrais. Ao mesmo tempo, impunha-se ao continente americano o papel de consumidor dos produtos industriais europeus.

Era a Divisão Internacional do Trabalho, que se afirmava como elemento definidor das relações entre o centro capitalista e a periferia latino-americana.

Fixado já o contexto maior no qual inseria-se o continente latino-americano no século XIX, passamos a analisar a articulação do Brasil ao sistema capitalista, e como inseria-se o Rio Grande do Sul nessa realidade.

O Brasil estava perfeitamente inserido na Divisão Internacional do Trabalho imposta pela Inglaterra. Desde a primeira metade do século XIX que o café começa a ter importância ascendente na pauta de nossas exportações. Entre as décadas de 1821-1830 e 1841-1850 o quantum do produto exportado aumenta mais de cinco vezes¹, chegando, já na década de 1861-1870, a quase duplicar² em relação à terceira década do século passado.

Simultaneamente a essa ascensão do café, como produto principal, temos a formação da estrutura de poder típica do Brasil no Segundo Reinado, na qual obviamente os cafeieirocultores do Vale do Paraíba fluminense ocuparão o lugar mais proeminente. Serão os barões do café do Rio de Janeiro que ocuparão a grande maioria dos postos-chaves na política imperial. Falta-nos, ainda, para entendermos o papel do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro da época, fixarmos os contornos da estrutura de poder no Brasil do Segundo Reinado.

Antes de mais nada, salta-nos à vista a estreita vinculação existente entre Império, escravidão e centralização política.

Tínhamos uma ordem política umbilicalmente ligada à grande propriedade escravista. As duas realidades: escravidão e monarquia pareciam existir uma em função da outra. A coroa viabilizando a perpetuação de uma ordem senhorial-escravocrata mostrar-se-á, inclusive, incapaz de redefinir-se, quando esta entrar em decomposição sob a ação de uma realidade baseada no trabalho assalariado (café do oeste de São Paulo).

Desse modo, temos os postos-chaves do sistema político imperial ocupados por representantes diretos ou indiretos do setor escravista, primário-exportador. Como vemos, portanto, numa situação em que temos a ordem econômica vinculada ao chamado "modelo para fora"³, não é de causar espécie a existência de uma elite vinculada à exportação que impunha seu predomínio a nível nacional. Ao lado dos cafeieirocultores fluminenses, dividindo o predomínio político, figuravam as representantes da decadente lavoura canavieira nordestina.

A centralização do Segundo Reinado vinha, desse modo, responder aos imperativos do setor vinculado às exportações. Era necessário garantir um centro decisório capaz de pôr em prática uma política financeira que defendesse os interesses escravistas.

Questões fundamentais como o tráfico negreiro, a política tributária, a questão eleitoral e a manipulação dos instrumentos de câmbio ficavam sob o controle da ordem senhorial escravocrata, através de seu predomínio nos órgãos governamentais e da burocracia estatal a ela ligada.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, o Império representava "a garantia não somente simbólica, mas a mais efetiva, da soma de interesses regionais baseados em uma economia escravocrata e uma dominação patrimonialista.⁴ Sobre o papel da burocracia imperial nesse arranjo, o mesmo autor diz:

"O Império organizará uma burocracia incipiente, politicamente destra e socialmente importante, por intermédio da qual e graças ao poder moderador do Imperador — resguarda-se a autonomia local dos senhores, sem se desintegrar o Estado Nacional, que cuidava dos interesses gerais, isto é, do predomínio cavanieiro-cafeeiro, com a condição de que se mantivessem e se respeitassem os centros de poder locais."⁵

Esta é uma peculiaridade da fisionomia do poder político do Segundo Reinado. Explica-se, assim, o profundo contraste entre o agitado período do Primeiro Reinado e a calma revelada à época de D. Pedro II. Aparecendo a centralização política nos dois períodos, o Segundo Reinado apresenta uma solução política totalmente diversa. Enquanto que no Primeiro Reinado essa centralização leva à eclosão de movimentos revolucionários reveladores da oposição de forças de centralização versus descentralização, o período posterior institucionaliza "mecanismos típicos de cooptação, que deram origem à alternância pacífica dos partidos no poder e às eleições de câmaras unânimes como simples ratificação de uma escolha previamente realizada pelo Poder Moderador".⁶

Nessa realidade institucional marcada pela exacerbação da tendência centrípeta, reveladora do predomínio dos interesses escravistas-exportadores, compreende-se a "domesticação" das forças locais e a subordinação das províncias àqueles interesses.

É esse amplo quadro que dá sentido à realidade histórica rio-grandense. O Rio Grande do Sul configura-se desde o período da mineração como uma região, cujo papel econômico estava ligado ao atendimento das necessidades de abastecimento da economia principal. Por outro lado, papel fundamental exercerá a localização geográfica. Marcada pela proximidade com as possessões espanholas, o caráter de "fronteira em armas"⁷ se estabelece desde os primórdios da colonização, persistindo essa realidade com a eclosão dos conflitos platinos.

Essa realidade é atestada pela constante presença de tropas no Rio Grande do Sul. Podemos constatar que, mesmo após a Guerra do Paraguai, era elevado o contingente militar na província. Em 1879, para um efetivo militar de 14.871 homens, o Rio Grande do Sul aquartelava mais de quatro mil. O número de homens em armas no Rio Grande do Sul permanece o mesmo quando, no final do Império, o efetivo brasileiro cai para pouco mais de 13.000 homens.⁸

Aparecendo como economia subsidiária, aliada à situação de sentinela fronteiriça, a subordinação aos interesses do centro exportador aparece como corolário lógico.

A ascendência do Rio de Janeiro mostra-se total em assuntos como a nomeação de presidentes de província, requisição usual de tropas em época de conflitos e, sobretudo, na política tributária.

Visando canalizar recursos para a economia primário-exportadora, o Rio de Janeiro beneficiava a mesma, impondo uma política tributária de transferência de renda, em direção à Corte. Por outro lado, sendo as regiões escravistas-exportadores, consumidoras do charque para a alimentação da mão-de-obra e não podendo o produto rio-grandense concorrer em pé de igualdade com o similar platino, o centro passa sistematicamente a preterir a produção sulina. O que é reclamado pela elite do Rio Grande do Sul era uma política protecionista, que elevasse as taxas de

importação sobre o charque platino. Tendo-se em vista o preço de charque do Prata, produzido com uma racionalidade econômica inexistente numa economia escravista como a charqueada gaúcha, era lógico o procedimento do centro. O charque gaúcho tinha uma aceitação maior apenas em épocas de crise política no Prata, quando, momentaneamente, desorganizava-se a sua produção.

A realidade da produção do charque gaúcho, que entra em acelerada decadência na segunda metade do século passado, mostra-nos claramente a situação dependente da província.

No tocante à produção da charqueada gaúcha, desde cedo mostra-se a incompatibilidade entre os interesses dos exportadores canavieiro-cafeeiros e o Rio Grande do Sul, economia subsidiária. Os reclames dos latifundiários gaúchos tinham sido temporizados com a Revolução Farroupilha. Com a paz oferecida pelo Império, ficou estipulado uma taxa de 25% sobre o charque platino importado pelo Brasil. Apesar dessa medida a desigual concorrência entre a charqueada escravista sulina e os saladeros platinos, onde o trabalho assalariado revelava uma maior produtividade, invalidava a elevação tarifária.

Isso fica claro com as propostas de um "realismo econômico" que nos meados do século aparecem, defendendo os interesses dos charqueadores do Rio Grande. Assim, ao lado de uma elevação nas taxas de importação de charque platino como medida protecionista ao similar rio-grandense, batem-se por uma módica tributação nos artigos componentes da pauta das importações da província.

Em 1855, assim manifestava-se "O Pelotense" acerca da política econômica reclamada pelo Rio Grande do Sul:

"Concedamos, porém, que as províncias do Norte tivessem de pagar um pouco mais caro esse produto de nossa indústria, cremos firmemente que tão diminuto sacrifício não deveria parecer oneroso, em favor de uma província coirmã, e teriam exuberante compensação no mais avultado consumo dos produtos daquelas, proveniente do aumento de riqueza e população desta.

O Rio Grande do Sul tem inauferível direito de reclamar proteção à sua indústria, assim como os outros membros do império, que já teriam sido atendidos, e com razão, se os seus produtos sofressem a concorrência dos similares importados do estrangeiro. Acresce que a aventura e prosperidade de uma nação depende de iguais condições de todas as partes que a compõem, e será menos rica e feliz na razão direta da pobreza e miséria de algumas delas. O que se pede, beneficiando a província, em nada prejudica o Brasil, devemos, pois, aguardar benigno acolhimento."⁹

Às reivindicações sulinas respondia o Rio de Janeiro, mostrando a irredutibilidade dos interesses primário-exportadores, conforme podemos ver num artigo de um jornal da Corte, o Correio do Brasil, de 05 de abril de 1855.

"O imposto que existe atualmente de 25 por cento sobre o charque estrangeiro, foi proposto, se não nos enganamos, no parlamento por um representante da província do Rio Grande, hoje senador do império, para satisfazer as reclamações dos produtores de charque como um meio eficaz de acabar com a guerra fratricida que então assolava essa província; votou-se o imposto e a guerra continuou; restabeleceu-se a paz, e o imposto subsiste, e a indústria do Rio Grande acha hoje que essa proteção ainda não é bastante. Tanto é verdade que no caminho da proteção não há paradeiro."¹⁰

A radicalização da oposição de interesses entre o centro primário-exportador e o Rio Grande do Sul, província economicamente subsidiária, salta aos olhos com a leitura da imprensa rio-grandense do último quartel do século XIX. Em 1879, quando o Senado ameaçou extinguir a tarifa especial conseguida por Gaspar Silveira Martins, assim manifestava-se o Jornal do Comércio, de Pelotas:

"Ao inaugurar-se a situação liberal, o ilustre rio-grandense, conselheiro Silveira Martins, então ministro da fazenda, patrioticamente atendeu às solicitações da província, dotando-a com uma tarifa especial tão sabiamente elaborada que o contrabando, como por milagre, desapareceu, podendo assim viver folgadoamente o comércio importador. (...)

Mas o Senado que, no seu egoísmo político, procura constantemente desprestigiar os seus adversários, lançando mão de todos os meios, entendeu que devia inutilizar o ato de Silveira Martins, e manhosamente introduziu a seguinte emenda ao artigo 33 do orçamento:

Fica o governo autorizado a rever a tarifa especial das alfândegas das províncias fronteiriças, não reduzindo os direitos e sujeitando-a à aprovação do poder legislativo."

E dramaticamente conclui o jornal pelotense:

"Mas... somos ilotas, filhos espúrios, a província do Rio Grande não tem o direito de fazer reclamações, não deve ter a pretensão de prosperar; cabe-lhe o último lugar entre as demais províncias."¹¹

Além do intento do Senado em nulificar a grande vitória política de Silveira Martins, queixava-se o Jornal do Comércio, de Pelotas, da centralização imperial que mais uma vez voltava-se contra a Província. Tratava-se da tentativa de construção de uma estrada de ferro, ligando Porto Alegre ao porto catarinense de São José, o que viria a eclipsar Rio Grande e dificultar os trabalhos de dragagem na sua barra.

Contra essa medida, assim manifestava-se aquele periódico:

"Prossigue a obra de demolição, e as criaturas da coroa, feitas a sua imagem e semelhança, fizeram seus o despeito e o ódio que lhes inspiram os brios e a firmeza desta nobre província (...)

E a câmara, submissa executora das ordens do Sr. Sinimbú, achou que era uma medida de salvação pública, a realização daquela estrada, que tem por fim principal absorver as rendas da província, que ficará à mercê daquela via para as comunicações exteriores. (...) É para admirar a coragem com que assim se ousa afrontar os interesses mais legítimos de uma província, que nos momentos de provação do país, é a primeira nos sacrifícios."

E ameaça claramente os "caricatos Bonapartes" do Rio de Janeiro:

"Ai, porém, deles, se o leão despertando salta um rugido — tanto bastará para desmoronar-se como um castelo de cartas, todo esse arrojado burlesco com que os Dom Quixotes da atualidade estão provocando a província.

Depois... têm insônias, e vêem o espectro da revolução em caminho do sul..."¹²

Era patente o descontentamento da elite rio-grandense ao sistema político imperial. Mesmo em jornais não republicanos, não se poupam palavras para criticar o centralismo imperial. Um exemplo era a "Gazeta de Porto Alegre", que em 1879 levantava a bandeira da constituinte e da limitação do poder central.¹³ Em 1880 opunha-se frontalmente à transferência de renda, da província para a capital do Império. Em setembro desse ano, após afirmar que apenas 5% da tributação paga pela província ao centro reverteu em investimentos para o Rio Grande do Sul, diz:

"Tivesse esse dinheiro ficado no Rio Grande, para ser aplicado em obras públicas, seríamos hoje, uma poderosa nação."¹⁴

Interessante estudo de Olavo Brasil de Lima Jr. e Lúcia Maria Gomes Klein¹⁵ investiga, através da frequência com que as províncias comparecem aos gabinetes do Segundo Reinado e das suas respectivas contribuições tributárias, a procedência da tese de Raymundo Faoro sobre a dissociação entre poder econômico e poder político. O referido estudo, embora conclua que existiram períodos no qual a política imperial mostrou uma correspondên-

cia entre o poder econômico e político, vê a dissociação entre ambos como o fenômeno dominante. Assim, temos o Rio de Janeiro e Bahia, províncias decadentes em termos de contribuição para a receita geral do império, sendo as mais representadas no executivo, no período que vai de 1850 a 1889.

Isso vem ao encontro da colocação, segundo a qual o Império guardava uma íntima conexão com o regime servil. A lavoura escravista canavieiro-cafeeira, entrando em acelerada decadência na segunda metade do século XIX, continua a dominar politicamente a nível nacional. Um exemplo inequívoco é a Bahia, cuja média aritmética das contribuições para a receita cai, de 15,09 na década de 1850-1859, para 0,13 na década de 1880-1889, sendo nessa década representada com sete elementos nos gabinetes imperiais. Enquanto isso, São Paulo, ascendente economicamente e com uma lavoura cafeeira que já prescindia do trabalho escravo, era representado com apenas um elemento nos gabinetes, na década de 1880-1889. Importante é atentarmos para o fato de que a referida província mais que quadruplica a média aritmética das contribuições para a receita geral no período 1850-1889, passando de 1,98 na década de 1850-1859, para 7,78, nos anos 1880-1889.¹⁶

Dentro dessa realidade mantém o Rio Grande do Sul o seu papel lateral em termos de participação no poder central. É natural, assim, o aumento das manifestações contrárias à centralização imperial e ao primado das províncias escravistas-exportadoras.

A Reforma, em 1887, criticava duramente a administração conservadora de Lucena, não poupando palavras para denunciar o centralismo existente:

“Parece que a palavra de ordem estabelecida pelo Sr. Cotegipe foi centralização.

É assim que vimos os seus delegados nas províncias (e com especialidade o celeberrimo Lucena nesta) anular a ação do poder legislativo provincial por uma sistemática negativa de sanção a todos os seus decretos, como se para nulificar a província não bastasse a lei de interpretação,

que deixou a grandiosa conquista liberal do Ato Adicional reduzida a uma cópia incorreta dos antigos conselhos gerais. (. . .)

A província nada vale, porque qualquer delegadinho do centro nulifica a ação das assembleias. . .¹⁷

Essas palavras, apesar de oriundas do órgão oficial de um partido que momentaneamente era oposição ao executivo provincial e ao gabinete imperial, revelam o antagonismo da elite liberal rio-grandense a um elemento definidor do regime monárquico brasileiro: a centralização.

O predomínio do Partido Liberal efetivara-se desde o fim da década de 1860. Representando os interesses da elite pecuarista, o Partido Liberal mostrava-se perfeitamente vinculado à monarquia. Sem deter o controle dos mecanismos decisórios a nível nacional, a elite liberal rio-grandense defendia o Império, que se mostrava como a garantia de obtenção de "favores" para o província. Gaspar Silveira Martins era o porta voz dos interesses da elite pecuarista gaúcha, barganhando a consecução de medidas como construção de estradas de ferro, empregos públicos e a decantada tarifa especial.

Segundo Ieda Gutfriend, os liberais,

"acomodados às instituições monárquicas... apresentavam um posicionamento político-ideológico coerente: resguardadas as liberdades individuais, tinham seus interesses garantidos. Daí, porque correr riscos, tentar mudanças? Pregavam reformas, desejavam-nas, mas em ritmo de evolução natural, nunca provocadas.

Seu conjunto de reformas garantiram e também satisfizeram, até determinado momento, as aspirações dos novos grupos sociais emergentes."¹⁸

De fato, no último quartel do século XIX complexifica-se a estrutura sócio-econômica do Rio Grande do Sul.

Por um lado, o Rio Grande passa a diversificar as suas exportações, revelando, a partir da ocupação da zona serrana, uma economia que se mostrará nas últimas décadas do século, com a maior capacidade de acumulação. Por outro lado, temos a estagnação econômica da região tradicionalmente ligada ao Partido Liberal, ou seja, a campanha.

Singer¹ apresenta dados que nos mostram que os artigos da zona ao sul da Depressão Central (charque e couros), representantes de 74,9% das exportações do Rio Grande do Sul em 1861, passam para 42,2% em 1894. Enquanto isso, os artigos da zona serrana (produtos de lavoura e pequena criação) passam de 5,4% em 1861, para 32,4% em 1894.

Essas transformações econômicas viriam solapar o predomínio liberal na província.

Aos novos grupos ascendentes economicamente interessava a reestruturação do sistema político, para possibilitar as reformas que a nova realidade sócio-econômica requeria.

A nova geração pecuarista, que se filia ao Partido Republicano Rio-Grandense, passa, dessa forma, a acenar, tanto para as camadas médias urbanas, como para a zona colonial, com um projeto a um só tempo includente e modernizante. Includente pela incorporação e aliança com os novos setores dinâmicos, e modernizante pela adoção de um programa econômico que, alicerçado no comtismo, mostrava-se como um aval para a consecução dos novos interesses.

NOTAS

- 1 FURTADO, Celso. "Formação Econômica do Brasil." São Paulo, Editora Nacional, p. 114.
- 2 PRADO JR., Caio. "História Econômica do Brasil." São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 160.
- 3 Ver CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. "Dependência e Desenvolvimento na América Latina." Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- 4 Id., p. 63.
- 5 Ibid., p. 64.
- 6 LIMA JR., Olavo Brasil de; KLEIN, Lúcia Maria Gomes. "Atores Políticos do Império." In: *Revista Dados*, nº 7, 1970, p. 63.
- 7 Ver CÉSAR, Guilhermino. "As Raízes Históricas." In: *RS Terra e Povo*. Porto Alegre, Globo, 1969, p. 29.

- 8 Ver LOVE, Joseph. "O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930." São Paulo, Perspectiva, 1971.
- 9 Apud CARDOSO, Fernando Henrique. "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional." Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 165.
- 10 Apud CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., p. 1166.
- 11 TARIFA ESPECIAL. Jornal do Comércio, Pelotas, 17 de outubro de 1879.
- 12 AMEAÇAS À PROVÍNCIA. Jornal do Comércio, Pelotas, 31 de outubro de 1879.
- 13 Ver A Gazeta de Porto Alegre, 13 de maio de 1879.
- 14 O RIO GRANDE DO SUL PERANTE O IMPÉRIO. Gazeta de Porto Alegre, 14 de setembro de 1880.
- 15 LIMA JR., Olavo Brasil de; KLEIN, Lúcia Gomes. Op. cit.
- 16 Id., p. 84.
- 17 A ABSORÇÃO. A Reforma, Porto Alegre, 8 de maio de 1887.
- 18 GUTFREIND, Ieda. "RS: 1889-1896. A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa." Porto Alegre, PUCRS, dissertação de mestrado, 1979, p. 37.
- 19 SINGER, Paul. "Desenvolvimento econômico e evolução urbana." São Paulo, Nacional, 1968, p. 163.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Departamento de História